

O acervo arqueológico no Museu da Amazônia (MUSA): história de formação, organização e documentação

The Archaeological Collection of the Museu da Amazônia (MUSA): formation history, organization and documentation

Meliam Viganó Gaspar

Museu da Amazônia (MUSA), Manaus, Amazonas, Brasil
meliamvgaspar@gmail.com

Maria Luiza Clapis Pacheco Chaves

Museu da Amazônia (MUSA), Manaus, Amazonas, Brasil
luiza.clapis@hotmail.com

Lucy Gomes de Souza

Museu da Amazônia (MUSA), Manaus, Amazonas, Brasil
souzalucyg@gmail.com

Iberê Fernando Martins

Museu da Amazônia (MUSA), Manaus, Amazonas, Brasil
iberefernando@gmail.com

Filippo Stampanoni Bassi

Museu da Amazônia (MUSA), Manaus, Amazonas, Brasil
filippo.stampanoni@museudaamazonia.org.br

Resumo: O Museu da Amazônia (MUSA), em Manaus, é uma instituição que se propõe a contar a história da Amazônia a partir da perspectiva de diferentes áreas do conhecimento, dentro da própria floresta. Desde sua fundação, além dos seres que abriga em suas dependências, o museu também acumulou um acervo de objetos variados, sendo que o interesse na pesquisa arqueológica permitiu o cadastramento do museu enquanto instituição de guarda e pesquisa para o endosso de pesquisas arqueológicas. Desenvolvendo então as ações necessárias para a preservação e divulgação desse acervo, a instituição avançou com um projeto para sua organização. Neste

artigo, inserimos o MUSA no contexto histórico dos museus e apresentamos a história de formação das coleções arqueológicas, discutindo a importância social que os diferentes modos de aquisição e tratamento revelam sobre esses objetos. Apresentamos algumas de nossas escolhas práticas em torno do software para a criação do banco de dados e da catalogação, que permitiram que as informações relevantes possam ser acessadas por todas as pessoas interessadas, cumprindo então o papel do museu na divulgação do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Arqueologia. Coleções arqueológicas. Instituição de guarda. Documentação.

Abstract: The Amazonia Museum (MUSA), in Manaus, is an institution that proposes to tell the history of Amazonia from the perspective of different areas of knowledge, within the forest itself. Since its foundation, in addition to the beings it houses in its dependencies, the museum has also accumulated a collection of varied objects. The interest in archaeological research allowed the registration of the museum as a research and custody institution for the endorsement of archaeological research. To carry out the necessary actions for the preservation and dissemination of these collections, the institution proposed a project for their organization. In this article, we insert MUSA in the historical context of museums and present the formation history of archaeological collections, discussing the social importance that the different modes of acquisition and treatment reveal about these objects. We present the practical choices around the software for the creation of our database and cataloging, which allowed for the relevant information to be accessible to all, thus fulfilling the role of the museum in the dissemination of cultural heritage.

Keywords: Archaeology. Archaeological collections. Museum. Documentation.

Recebido em 30 de abril de 2021

Aprovado em 23 de maio 2021

Introdução

O Museu da Amazônia (MUSA) é uma instituição que se propõe a reunir seres, paisagens e culturas da Amazônia, mostrando para o público a rica e complexa diversidade social e biológica da floresta. Em 2009, parte da Reserva Florestal Adolpho Ducke, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em Manaus, foi cedida para a criação deste museu vivo, que mostra em suas trilhas e torres de observação a história da Amazônia na própria floresta (MUSA, 2013).

Ao longo dos anos, o MUSA cresceu enquanto instituição, com a construção de inúmeras intervenções expositivas que vão desde viveiros de orquídeas e bromélias, aquários, laboratórios experimentais de serpentes e de borboletas, até uma exposição sobre paleontologia amazônica. Nesse ínterim, o museu recebeu, abrigou e estabeleceu parcerias com diversos pesquisadores das mais variadas áreas para poder atualizar e contar as histórias de animais, plantas e seres humanos, resultando em exposições temáticas que incluem os resultados de pesquisas. Com a preocupação em tratar da história profunda da Amazônia, a arqueologia foi incluída no discurso expositivo desde a primeira exibição, em 2010, “O que se encontra no encontro das águas”. As relações entre pessoas e natureza continuaram a ser exploradas em colaboração com povos indígenas do Alto Rio Negro, que compartilharam seu conhecimento tradicional sobre sistemas de manejo agrícola e de pesca para duas outras exposições, “Aturás mandiocas beijus” e “Peixe e Gente”.

É assim que, em 2016, o MUSA criou o Núcleo de Arqueologia e Etnologia (NAE), como uma maneira de promover pesquisas nessas duas áreas do conhecimento e a divulgação da história de longa duração de comunidades amazônicas, por meio de seu

patrimônio cultural. Ao estruturar laboratórios e reserva técnica, o MUSA tornou-se também uma instituição de guarda e pesquisa de acervos arqueológicos, responsabilizando-se pelo gerenciamento, salvaguarda e extroversão de coleções arqueológicas.

Recentemente, a paleontologia e a geologia também foram integradas à estrutura do museu, a partir da doação de uma grande coleção particular, pertencente à Profa. Dra. Rosalie Benchimol, incentivando o MUSA a avançar na criação, fundamentação e organização de seus acervos. Assim, o projeto “Organização e Gerenciamento das Coleções Arqueológicas, Paleontológicas e Geológicas do MUSA”¹ foi criado para implementar um sistema de gestão e extroversão das coleções da instituição. Para além da construção de um banco de dados relacional, o projeto também propõe a reflexão sobre os fluxos de procedimentos adotados pelo MUSA para toda a cadeia operatória da museologia. Os resultados iniciais deste projeto são apresentados neste artigo, com foco na história de formação e na relevância social das diferentes coleções, com apontamentos sobre a organização e documentação do acervo arqueológico.

Articulando áreas das ciências naturais e humanas, iniciamos o debate sobre o MUSA enquanto um museu de história natural no século XXI. Apresentamos uma breve discussão de como se articulam os temas trabalhados pelo Museu em seus espaços, exposições e reserva técnica, de modo a conectar diferentes áreas do conhecimento para o entendimento da Amazônia como um todo. Em seguida, passamos para a apresentação do acervo arqueológico em guarda no MUSA-NAE, discutindo as diferentes coleções a partir de seu modo de entrada no acervo, suas especificidades e sua relevância social para diferentes públicos. Finalmente, apresentamos algumas das discussões em torno da

1 - Projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), edital 008/2019.

organização, catalogação e divulgação do acervo, especialmente do material arqueológico, indicando algumas das questões que nos nortearam para decidir sobre as melhores formas de deixar acessíveis as informações das coleções relevantes para o museu, pesquisadores, pessoas e comunidades interessadas, além do público em geral.

Um museu de história natural no século XXI?

O entendimento da história natural como algo separado do domínio humano mudou durante o século XVIII, quando os seres humanos foram incluídos nos domínios da natureza por meio da zoologia, o que ressaltava suas características evolutivas através de sua biologia e adaptação ao meio ambiente (LOUREIRO, 2007, p. 161). Os gabinetes de curiosidade tiveram um importante papel nessa questão, reunindo exemplares de animais e plantas exóticas juntamente com artefatos indígenas das colônias europeias, exibidos de maneira descontextualizada (VELTHEM, 2012, p. 52) ou mesmo como “troféus de guerra” (ALMEIDA, 2018, p. 45). No século XIX, esses gabinetes deram lugar às instituições museológicas, que empregavam pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento com a preocupação de construir narrativas sobre o passado (tanto natural quanto cultural) por meio de seus acervos e exposições. Importantes coleções naturais e culturais da Amazônia obtidas nesse período foram coletadas durante as expedições de naturalistas (BARRETO; MACHADO, 2001; MEIRELLES FILHO; MARTINS, 2018), a maior parte levada para outros países (CABRAL *et al.*, 2018). É então que são criados os museus de história natural, que incorporaram à noção de evolução darwiniana a ideia de evolução cultural, porém desde uma perspectiva do discurso colonialista de superioridade tecnológica e de maior complexidade na organização política

e social das sociedades europeias (VELTHEM, 2012; MORAES WICHERS, 2014), contribuindo para uma visão degeneracionista das sociedades indígenas que persistiu até recentemente na Arqueologia (NOELLI; FERREIRA, 2007). Essa visão foi expressa principalmente pela cultura material, ou seja, pela organização de artefatos de diferentes sociedades e períodos históricos imitando as linhas evolutivas de espécies animais e vegetais (TRIGGER, 2004; WEBSTER, 2008).

As coleções etnológicas e arqueológicas, formadas por fragmentos produzidos no mundo social, coletados a partir de lógicas, ideologias, visões científicas e institucionais diferenciadas, são incorporadas a tais espaços museológicos a fim de ilustrar as idéias de “evolução “e” progresso” do humano na ciência moderna, refletindo as tentativas de entendimento dos caminhos que se estenderiam das origens (arché) à civilização – entendida a partir dos pressupostos da modernidade ocidental. (LOUREIRO, 2007, p. 164).

O impacto das transformações culturais, sociais, políticas e econômicas na sociedade, principalmente a partir da segunda metade do século XX, fez com que os museus repensassem o seu papel social e sua relação com as comunidades de seu entorno, buscando se adequar às novas realidades e anseios das sociedades contemporâneas. As críticas direcionadas às instituições museológicas, especialmente por sua contribuição ao projeto colonialista, culminaram, em muitos casos, na separação de seus acervos, tanto nas reservas técnicas quanto nos laboratórios e nas exposições (VELTHEM, 2012). Enquanto museus de história natural passaram a ficar mais próximos dos museus de ciência, os acervos arqueológicos e etnográficos se desvincularam do mundo natural, passando a contar uma história própria das diferentes culturas no passado e presente.

Na esteira do movimento da Nova Museologia, nas décadas de 1970 e 1980, surgiram novas formas e tipos de museus que redefiniram conceitos, o papel dessas instituições na sociedade, bem como os rumos da museologia. Enquanto a proposta de Museu Integral indicou que os museus não podem ficar alheios aos problemas sociais e que é preciso se engajar nos debates contemporâneos (ICOM, 1972), os Museus Comunitários ampliaram a participação e a representatividade social dos museus e do patrimônio cultural, contemplando de forma mais democrática a diversidade sócio-cultural. O foco se desloca então da conservação das coleções para a relação museu-comunidade (SANTOS, 2001/2002) ou, no caso dos museus tradicionais, a relação com seus diferentes públicos. Já o conceito de Ecomuseu foi fundado na ideia de interação entre uma comunidade, seu território e seu patrimônio cultural e natural, definido pelo museólogo francês Georges Henri Rivière como:

[...] uma expressão do homem e da natureza. [...] um **espelho** onde a população se reconhece e se faz melhor conhecer [...]; um **laboratório** na medida que contribui para o estudo histórico e contemporâneo da população e do seu meio ambiente [...]; um **conservatório** na medida que ajuda a preservar e a valorizar o patrimônio cultural e natural dessa população, [...] uma **escola** na medida que associa a população às suas ações de estudo e prospecção, incitando-a a melhor apreender os problemas do seu futuro. (RIVIÈRE, 1989, p. 142, tradução e grifos nossos).

A emergência de uma nova consciência e sensibilidade ecológica, que inspiraram a invenção da palavra ecomuseu, também modificou os museus de história natural, de ciência e os museus

de espécimes vivos (zoológicos, jardins botânicos, aquários). Isso resultou em uma mudança de paradigmas da apresentação de coleções de espécimes naturais, das “coisas” da natureza, com a finalidade de mostrar o progresso do conhecimento e das ciências, passou-se à uma “museologia da relação do homem à natureza” (DAVALLON et al., 1992, p. 21), sob o modelo da ecologia. Surgiu, então, uma museologia do meio ambiente cujo objetivo é sensibilizar, informar, conscientizar os cidadãos e promover a mudança de comportamento.

Assim, a consciência da interdependência entre o humano e o meio ambiente, entre cultura e natureza vai sendo ampliada. E com ela, o entendimento de que a interdisciplinaridade é fundamental para a compreensão da complexidade do mundo em que vivemos e dos problemas da atualidade que se colocam para as sociedades contemporâneas.

Acompanhando as transformações da museologia e das ciências humanas, os museus etnográficos também passam por mudanças importantes, surgindo na França o conceito de Museu de Sociedade (*Musée de société*): calcado no respeito à diversidade e no diálogo intercultural; no entendimento das diferentes visões de mundo, práticas sociais e modos de viver; uma ferramenta de conhecimento das realidades sócio-culturais (DELOCHE, 2007). Exemplo dessa reconversão é o projeto inicial de renovação do Museu Nacional de Artes e Tradições Populares, rebatizado de Museu das Civilizações da Europa e do Mediterrâneo (COLARDELLE, 2007).

Mais uma vez reforça-se o papel educativo e sensibilizador do museu, a sua responsabilidade social, acrescentando-se uma importante dimensão política na medida em que ele participa e contribui para o debate social. O museu vai então se tornando mais inclusivo; seu discurso mais plural, abrindo-se para o conjunto

da realidade natural e cultural e o reconhecimento das múltiplas identidades, memórias e patrimônios. Enfim, deixa de ser um lugar da conservação sacralizante e fetichista do patrimônio para torna-se um espaço de reflexão e debate, integrado à vida social e imbuído de uma nova missão: o de agente da transformação social e cultural, atuando para o desenvolvimento democrático das sociedades às quais ele serve.

O Museu das Confluências, inaugurado em 2014, na cidade de Lyon, França, é um exemplo desta mutação das instituições museológicas. Antigo Muséum de História Natural, criado a partir da reunião de diversas coleções de história natural e de antropologia, o Museu promoveu nas últimas décadas uma completa renovação de seu projeto científico-cultural, mantendo suas coleções originais, porém, inserindo e interpretando essas coleções dentro de uma nova concepção museológica, atualizando o seu discurso, a sua linguagem e o seus objetivos. Museu de ciência e sociedade, suas exposições temporárias tratam de temas da atualidade como os OGMs, a globalização, as disputas de fronteiras, entre outros. Já as exposições de referência, que traduzem o projeto museológico da instituição, interrogam e buscam oferecer elementos de compreensão sobre as origens e o devir, o lugar do humano, a diversidade natural e cultural, as cosmogonias, as relações entre as culturas e a natureza, a organização e as transformações sociais, tecnológicas, as questões éticas, políticas, científicas, ambientais. A sua narrativa busca oferecer ao público múltiplos olhares sobre os temas abordados, convocando as diversas áreas do conhecimento ao diálogo (MUSÉUM D'HISTOIRE NATURELLE, 2005).

Assim, longe de estarem extintos, ainda hoje existem diversos museus de história natural pelo mundo, mesmo que não sejam chamados dessa maneira. No Brasil, temos, por exemplo, o Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de

Minas Gerais (MHNJB-UFMG), o Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão (CPHANAMA) ou o Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara (MAPA); assim como o Museu Nacional (MN-UFRJ) ou o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), instituições que desde o século XIX promoveram pesquisas e adquiriram acervos de diferentes áreas do conhecimento, como arqueologia, paleontologia, etnologia e linguística.

Seja porque essas instituições têm que lidar com uma história centenária e acervos herdados, ou pela proximidade de departamentos de pesquisa que facilitaram a criação de novas instituições com acervos diversos; é importante destacar que no século XXI vemos cada vez mais a necessidade de diferentes áreas do conhecimento se reaproximarem dentro de museus. Uma reaproximação não para voltar ao entendimento linear e positivista do século XIX, mas de uma maneira que integra as diferentes metodologias, questões e abordagens, sempre com o objetivo de compreender a interação entre humanidade/cultura e outros seres/paisagem/natureza. Um museu de história natural no século XXI, portanto, pode tomar formas diversas e trabalhar para conectar de diferentes maneiras aspectos da cultura material, dos povos, dos seres outros que humanos e do ambiente.

Nesse contexto, o MUSA não se propõe exatamente enquanto um museu dentro das nomenclaturas mencionadas anteriormente, mas sim como um “museu vivo” que promove “o convívio dos cidadãos na diversidade cultural, biológica, social e política da grande bacia amazônica”². Uma junção de parque/reserva natural, jardim botânico e museu direcionado não apenas aos aspectos da popularização da ciência, mas também à produção de conhecimentos científicos das diversas áreas contempladas. Sendo uma instituição privada sem fins lucrativos, o MUSA foi

2 - Informações do site < museudaamazonia.org.br >, acesso em 02/04/2021.

criado com o apoio de outras instituições de pesquisa da região norte e da sociedade civil de Manaus, até hoje administrado por seus representantes no Conselho Administrativo. Este Conselho é composto por cadeiras de instituições científicas – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Instituto Mamirauá, Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) e Universidade do Estado do Amazonas (UEA) –; do governo municipal e do estado – Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (ManausCult), Conselho Municipal de Cultura, Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AmazonasTur) –; e de associações do comércio e da indústria – Associação Comercial do Amazonas (ACA), Centro da Indústria do Estado do Amazonas (CIEAM).

Em seu estatuto, o MUSA se compromete, entre outras coisas, com o apoio à pesquisa, educação e divulgação científica, ampliação do acesso aos bens musealizados, assim como a criação e manutenção de laboratórios de pesquisa, alimentando o debate científico. Essas atividades são possíveis de serem realizadas com o financiamento que o museu recebe por meio de editais de agências de fomento, de programas de incentivo cultural e de outros fundos que fomentam pesquisa, divulgação científica e cultural. No entanto, a principal fonte de renda que sustenta o funcionamento cotidiano da instituição vem de visitantes, por meio da venda de ingressos de entrada e produtos comercializados em suas dependências.

A criação do MUSA-NAE é consequência do comprometimento do museu em contar a história da Amazônia, com foco nas relações das pessoas com a natureza. A partir da colaboração de pesquisadores da área envolvidos com a instituição, o setor de arqueologia tomou forma no museu com o recebimento de algumas doações de material arqueológico feitas por moradores da região.

O diálogo com a Superintendência do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional do Amazonas (IPHAN-AM) também incentivou o MUSA a se organizar para tornar-se oficialmente uma instituição de guarda e pesquisa, apta a endossar pesquisas arqueológicas e receber o material gerado por elas, além de promover projetos próprios e a divulgação desse acervo.

Somado a isso, a organização de duas exposições etnográficas em colaboração com povos indígenas do alto rio Negro gerou um acervo de objetos etnográficos. Ao considerar que a arqueologia pré-colonial na Amazônia pode ser pensada enquanto história indígena (NEVES, 2011), mas também que os descendentes dos povos do passado ainda hoje habitam na região e continuam a reproduzir e transformar os conhecimentos transmitidos por seus antepassados, faz-se mais do que necessário conectar arqueologia e etnologia no entendimento da história de longa duração dos povos indígenas na Amazônia (MACHADO, 2009). O diálogo com tais comunidades no presente, por meio de exposições colaborativas, é um aspecto que foi levado também para as pesquisas arqueológicas, num projeto atual desenvolvido pelo MUSA em colaboração com outras instituições, também no alto rio Negro.

No entanto, os povos indígenas não são o único grupo para o qual os acervos arqueológicos têm relevância social na Amazônia. Enquanto ciência que estuda as diferentes sociedades por meio da cultura material, em diferentes períodos históricos, a Arqueologia também pode incluir em seus estudos objetos do período colonial ou aqueles industrializados, produzidos e utilizados até hoje.

Além da diversidade da materialidade, da amplitude territorial, a região possui uma rica multiplicidade cultural, com grupos indígenas, quilombolas e ribeirinhos

que possuem diferentes relações com o patrimônio arqueológico, incluindo práticas coletivas e pessoais de formação de coleções (por exemplo, Bezerra, 2012; Rocha et al., 2014). (CABRAL et al., 2018, p. 261).

Junto com as outras ciências que conversam no MUSA, a Arqueologia também contribui para contar uma história de longa duração da floresta amazônica como um todo, incluindo as pessoas que viveram e vivem nela, uma história viva e contínua. A própria cidade de Manaus é um sítio arqueológico, construída sobre sítios pré-coloniais e coloniais, e sua história pode ser contada por meio de registros materiais (e.g. BARROS, 2016). As visitas do público ao MUSA, percorrendo as trilhas e exposições; de pesquisadores nos laboratórios e reserva técnica; ou de comunidades tradicionais, compartilhando de seus modos de vida; contribuem para ampliar, sensibilizar e divulgar o entendimento das relações entre humanos e natureza na formação da floresta amazônica.

A integração dos acervos é fundamental para esse discurso. Zoologia e botânica formam coleções de referência que podem ser utilizadas nos trabalhos de zooarqueologia ou arqueobotânica; muitos locais com sítios arqueológicos são também áreas de importância paleontológica e geológica; as artes perpassam todas as áreas, já que todos os acervos contêm réplicas que podem ser usadas em exposições ou de maneira didática. Foi a partir dessa perspectiva que o trabalho de organização dos acervos se desenvolveu.

As coleções arqueológicas

Dado o contexto de formação da instituição, seguimos com a apresentação do acervo arqueológico do MUSA. Esse acervo

soma mais de 30.000 objetos e conta com artefatos fragmentados e inteiros, amostras de solo, carvão, material ósseo, entre outros. Os objetos estão agrupados em 16 coleções diferentes, no sentido de material coletado ou obtido por uma mesma pessoa, projeto de pesquisa ou doação (Tabela 1). Os diferentes modos de aquisição das coleções arqueológicas representam diferentes potenciais para abordar sua relevância social para o público em geral; para pesquisadores da arqueologia; e para coletivos e comunidades que possam ter uma relação mais direta com esses materiais.

Tabela 1. Coleções arqueológicas do MUSA

Modo de aquisição	Coleção	Tipo de material	Quantidade
Doações avulsas	Doação 1 – Rio Abacaxis	cerâmica	1
Doações avulsas	Doação 2 – Praia da Lua	lítico	1
Doações avulsas	Doação 3 – Santa Isabel do Rio Negro	lítico	2
Doações avulsas	Doação 4 – Bela Vista do Uatumã	cerâmica, lítico	58
Doações avulsas	Doação 5 – Paranã do Careiro da Várzea	cerâmica, lítico	51
Doações avulsas	Paulo Mamulengo	cerâmica, lítico, material histórico	301
Doações avulsas	Doação 6 – Parintins	cerâmica	153
Doações avulsas	Doação 7	pão-de-índio	1
Doações avulsas	Doação 8 - Parintins	cerâmica, lítico	61
Coleções herdadas	Rosalie Benchimol	cerâmica, material histórico	2

Coleções herdadas	IPHAN-AM	cerâmica, lítico, material histórico, sedimento, zooarqueológico, bioarqueológico	12064
Endosso licenciamento	Potássio Autazes	cerâmica, lítico, material histórico, sedimento, arqueobotânico, zooarqueológico, bioarqueológico, ecofato	17809
Endosso licenciamento	Jardim dos Ipês	cerâmica, lítico	52
Endosso licenciamento	Marcelino	cerâmica, lítico	53
Endosso pesquisa	Parinã	em processo de entrada	
Endosso pesquisa	Arara Vermelha	em processo de entrada	

Fonte: Elaborada pelo autor

Desse modo, discutimos as coleções arqueológicas a partir de quatro conjuntos relacionados ao modo de aquisição dos objetos: doações avulsas, coleções herdadas, endosso de licenciamento ambiental e endosso de pesquisas acadêmicas. Cada modo de aquisição revela diferentes significados que cada coleção pode assumir, tanto em termos de sua proveniência e história quanto de critérios relevantes para estudos científicos, apreciação estética ou valor social (cf. RUSSEL; WINKWORTH, 2003). Importante, no entanto, ressaltar que essas não são categorias fixas, mas que se entrelaçam dentro do acervo. Por exemplo, a coleção herdada do IPHAN-AM é composta, por sua vez, por uma diversidade de modos de aquisição: doações avulsas de pessoas ou comunidades, pesquisas no âmbito do licenciamento ambiental, além de coletas emergenciais realizadas por servidores do IPHAN-AM. Ou a coleção Potássio Autazes, provinda de endosso no âmbito do licenciamento

ambiental, mas que conta com alguns objetos doados pela comunidade do entorno da escavação. A discussão a seguir tem foco nas principais formas de aquisição de cada coleção.

Doações avulsas

O acervo arqueológico do MUSA começou a ser formado pela doação de moradores da região, ou mesmo turistas, que encontraram material arqueológico ao redor de suas casas, em suas comunidades, ou em lugares que visitaram (Figura 1). Por exemplo, um pescador de visita à região de Manaus encontrou um fragmento cerâmico em seus passeios, que depois levou ao museu, consistindo na Doação 1. Em trabalho de campo em Bela Vista do Uatumã, a bióloga Msc. Franciele Cristina de Souza (UFAM) recebeu da comunidade diversos fragmentos cerâmicos e líticos, que confiaram a ela para levar para um local adequado de guarda, compondo a Doação 4. Outro exemplo é a doação realizada por uma conhecida do diretor do MUSA, Dr. Ennio Candotti, que lhe entregou um “pão-de-índio” encontrado em seu sítio, nos arredores de Manaus, formando a Doação 7. Esse tipo de coleta é também responsável pela formação de grande parte da coleção herdada do IPHAN-AM, além de uma pequena parte da coleção Potássio Autazes, de endosso no âmbito do licenciamento ambiental.



Figura 1. Doações avulsas: à esquerda, Doação 4 da Msc. Franciele Cristina de Souza (UFAM), com uma lâmina de machado lítico e fragmentos cerâmicos; à direita, Doação 7 do Dr. Ennio Candotti, um pão-de-índio (biomassa composta por vegetais processados, enterrada para fins de estocagem de alimentos).

A coleta de material arqueológico por pessoas não especializadas é fato comum na Amazônia, já que grande parte das comunidades amazonenses habitam atualmente sobre assentamentos antigos, sítios arqueológicos (BEZERRA, 2013; GOMES et al., 2014; TAMANAHA et al., 2019). A chuva muitas vezes faz “transbordar” e “vazar” esses materiais para a superfície (BEZERRA, 2018), assim como o próprio mexer no solo para a construção de casas e o preparo da roça os descobrem do fundo da terra. Assim que afloram à superfície, os materiais arqueológicos passam a fazer parte do presente, mas sendo mexidos, retirados e guardados sem as devidas técnicas e métodos têm menor valor para profissionais da arqueologia, já que não foram anotados os dados contextuais de seu local de deposição (BEZERRA, 2018, p. 53).

No entanto, para quem convive diariamente com esses objetos, os significados e as relações estabelecidas com e por meio deles são múltiplos, elaborados constantemente por diferentes pessoas e grupos sociais ao longo do tempo. O material arqueológico volta a fazer parte da vida cotidiana ao ser levado para dentro das casas e guardado em caixas de sapato e estantes, como pequenos tesouros pessoais; reutilizado nas tarefas diárias (e.g. potes que guardam água, lâminas de machado que seguram portas, garrafas de grés com flores dentro); ou mesmo evitados e descartados longe novamente, pelo receio que esses objetos possam causar mal (BEZERRA, 2013, 2018).

É partindo desse contexto de interações que muitos desses artefatos são presenteados e doados a pesquisadores e instituições que se interessam por eles, tanto como uma forma de guardar o material arqueológico para preservar seu valor histórico e cultural, quanto de tirar a potencial ameaça que pode pairar sobre as pessoas que os encontraram (BEZERRA, 2013, 2018; LIMA, 2019). Assim, esses significados podem também ser transportados aos museus, já que a salvaguarda de objetos implica na preservação

da memória, das identidades, das relações sociais estabelecidas com e pelos objetos (WICHERS, 2014).

Mesmo que não haja informações detalhadas sobre o contexto arqueológico da coleta, ou uma documentação associada que permita acessar essas informações sobre os valores atribuídos pelos doadores, outros significados e importância podem ser relacionados a esses materiais (cf. RUSSEL; WINKWORTH, 2003). Usualmente os objetos doados dessa maneira costumam ter forma ou decoração mais chamativos, estéticas que nos deixam “encantados” mesmo milhares de anos depois de sua produção e uso, mesmo em contextos culturais completamente diferentes. Muitas vezes trata-se de fragmentos cerâmicos pintados, apliques cerâmicos na forma de animais ou pessoas, lâminas de machado, vasilhas cerâmicas inteiras, garrafas de grés ou pedaços de azulejos. Ainda, muitos desses artefatos são representativos de conjuntos conhecidos arqueologicamente, períodos históricos determinados, com grande valor expositivo justamente por se encontrarem inteiros, ou possuírem forma ou decoração que são apreciadas esteticamente.

A discussão sobre essas coleções informais e coletas pontuais, assim como sua relação com pesquisadores e instituições de guarda, é bastante intensa na Amazônia (e.g. BEZERRA, 2013, 2018; LIMA et al., 2013; CABRAL et al., 2018; GOMES et al., 2014; LIMA, 2019; TAMANAHA et al., 2019). A questão sobre a ilegalidade dessas coletas já foi amplamente debatida³ (e.g. BEZERRA; NAJJAR, 2009; LIMA, 2019), com um consenso de que não se trata de criminalizar as pessoas que praticam tais atos, por vezes sem saber das leis que regem o patrimônio arqueológico, mas que essa é uma situação que pode promover debates enriquecedores e potencialmente sensibilizadores entre pesquisadores e

3 - Vide as discussões no evento I Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-Amazônico, organizado pelo IPHAN-AM em 2007, ou no I Encontro Sobre Tráfico Ilícito de Bens Arqueológicos, promovido pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA/ IPHAN) em 2013.

comunidades. Isso não significa que os debates são sempre amistosos, pelo contrário, a maior parte das aproximações inicia com desconfiança, medo e divergências sobre o que deve ou não ser feito. No entanto, muitos dos relatos de experiências desse tipo mostram que ao final os entendimentos e as narrativas sobre o passado se enriquecem, tanto para a comunidade quanto para pesquisadores. É justamente essa relação tão direta entre pessoas e materiais arqueológicos que garante a preservação e difusão desse patrimônio:

Na Amazônia é inevitável pensar nessas arqueologias da memória, do imaginário, não porque informam sobre as coisas ditas arqueológicas, mas porque as coisas ditas arqueológicas informam, falam, sobre as relações das pessoas no presente, e por isso é possível falar de uma espiral contínua em constante movimento que nasce nas profundezas estratigráficas, mas que continua crescendo para além das superfícies. (BEZERRA, 2018, p. 55).

Coleções herdadas

Mesmo sendo uma instituição nova, que não foi criada a partir de um acervo pré-existente (já que o acervo foi se constituindo ao longo de sua própria existência), o MUSA também pode receber coleções antigas de pesquisadores ou de outras instituições que já não tenham mais capacidade de salvaguardá-las. Assim, a coleção da pesquisadora Profa. Dra. Rosalie Benchimol (UFAM) foi doada ao MUSA após seu falecimento, sendo composta majoritariamente de acervo paleontológico e geológico. No entanto, também contém dois objetos arqueológicos: uma réplica de aplique cerâmico zoomórfico e um pedaço de telha. Outro caso é o da grande doação feita pelo IPHAN-AM (Figura 2), de materiais

que se encontravam em sua sede em Manaus, mas que pela falta de condições adequadas de armazenamento necessitavam de outro local de guarda. A aproximação feita com o órgão federal possibilitou que essa coleção viesse para o MUSA, de modo que o IPHAN também pudesse auxiliar o museu na captação de recursos necessários para a preservação e divulgação desses objetos.



Figura 2. Coleção IPHAN-AM. Em primeiro plano, da esquerda para a direita, garrafas de grés, aplique cerâmico zoomorfo, tampas de vasilhas cerâmicas e lâminas de machado. Ao fundo, vasilhas cerâmicas.
Fonte: IPHAN-AM.

Coleções herdadas, vindas de outras instituições, necessitam que seja realizada uma nova “escavação”, para descobrir sua procedência, entender os procedimentos de conservação e restauro feitos anteriormente, compreender os padrões de numeração e a documentação associada a elas. Além disso, a história de formação dessas coleções se intercala com a história da própria instituição ou pessoa responsável por elas. As informações

associadas ao material arqueológico são tão importantes quanto os objetos em si, já que “os acervos arqueológicos são constituídos dos materiais coletados em campo, propriamente ditos, e de toda a documentação produzida nas intervenções arqueológicas (seja em campo, laboratório, produção didática e científica etc.) que permita compreendê-los” (COSTA; COMERLATO, 2014, p. 118).

Antes de ser criada a Superintendência do IPHAN do Amazonas, em 1987, o estado era agregado da 1ª Diretoria Regional, com sede em Belém, que atendia toda a região norte. Com o funcionamento da sede do IPHAN-AM no conjunto arquitetônico do Porto de Manaus, passaram a ser promovidas ações de salvaguarda do patrimônio arqueológico a nível local e regional (incluindo os estados do Acre e Roraima), inclusive recebendo materiais arqueológicos que passaram a ser armazenados em suas dependências⁴.

Durante a década de 1990 e até o começo de 2000, havia poucas instituições capazes de armazenar material arqueológico no Amazonas. Nesse contexto, servidores da Superintendência acabavam realizando coletas emergenciais durante as fiscalizações e levavam o material arqueológico para a sede. Materiais coletados por comunidades ou escavados em pesquisas diversas também eram deixados na sede do IPHAN-AM, já que o entendimento era de que os objetos estariam melhor armazenados ali.

Na coleção doada ao MUSA, temos coletas emergenciais feitas por funcionários do IPHAN em Presidente Figueiredo e Maués, ou por profissionais de outras instituições em Tonantins e Parintins. Conjuntos de cerâmicas e líticos doados pela Sra. Dinelly, moradora da comunidade Santana do Massauari, município Boa Vista do Ramos; por Dona Santana, moradora de Maués; ou pelo Sr. Jônatas de Araújo Matos, morador da comunidade de Miracauera, município de Careiro da Várzea. Além disso, temos materiais de

4 - Informações do site: <<http://portal.iphan.gov.br/am/pagina/detalhes/1062>>, acesso em: 02/04/2021.

pesquisas feitas no âmbito do licenciamento ambiental, como os resgatados na cidade de Manaus pela empresa Zanettini Arqueologia, dentro do projeto Arqueourbs; ou pelo arqueólogo Dr. Michael Heckenberger no trabalho do Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú, encomendado pela Fundação Vitória Amazônica (FVA).

Foi a partir dos anos 2000 que houve o aumento das pesquisas arqueológicas feitas na região, incentivando a criação de laboratórios e cursos de arqueologia na UFAM (pós-graduação) e UEA (graduação). Essa mudança de contexto fez com que o IPHAN-AM reconsiderasse as condições de guarda das coleções arqueológicas em suas dependências. A falta de pessoal (especialmente da arqueologia) e outros recursos para manutenção do edifício e acondicionamento dos materiais levaram a um quadro de degradação da coleção, forçando a Superintendência a contratar um serviço para reorganizar e catalogar esse material.

Em 2006, a MC Consultoria, sob coordenação de Dr. Fernando Costa e Dra. Helena Lima, realizou uma organização sistemática da coleção do IPHAN-AM, deixando um relatório de referência (COSTA et al., 2006). O projeto “Levantamento Arqueológico no Município de Manaus/AM” foi formulado para sistematizar informações sobre os sítios e coleções arqueológicas na região de Manaus, atualizando fichas cadastrais de sítios, organizando e catalogando os materiais em guarda no IPHAN-AM. No entanto, até o momento da doação ao MUSA, em 2020, outros objetos e doações foram se adicionando à coleções em ser submetidos aos mesmos critérios de catalogação e inventário, voltando a ser armazenados em condições impróprias. Agora em guarda no MUSA, a coleção está passando por nova organização e acondicionamento, além da avaliação de seu potencial para ações de extroversão pela instituição, considerando toda sua história de formação.

Endosso de licenciamento ambiental

Com a consolidação no museu de um núcleo de pesquisa em arqueologia a partir de 2012, o MUSA-NAE, já se discutia também a possibilidade de regularizar o museu enquanto instituição de guarda e pesquisa junto ao IPHAN, para emissão de endosso para trabalhos arqueológicos. Isso traria a possibilidade do museu formar um acervo arqueológico e assim dar maior visibilidade à área dentro das exposições na instituição, além de promover pesquisas próprias e colaborações com acadêmicos. O diálogo com o IPHAN-AM também incentivou essa regularização, já que são poucas as instituições de guarda na região norte aptas a emitir endosso⁵, como foi observado recentemente por Cabral et al. (2018, p. 260).

Durante o processo de regularização, o MUSA teve que pensar em seu papel ativo na área de arqueologia, adequando suas instalações e criando uma política de acervo, ou seja, pensar na cadeia operatória da museologia como um todo (BRUNO, 2014; WICHERS, 2014; CALDARELLI; CÂNDIDO, 2017). Por sua vez, isso permitiu ao MUSA crescer enquanto instituição, sendo habilitado a enviar pedidos de financiamento para editais específicos, incentivar o envolvimento de profissionais da arqueologia com o museu, contribuindo para pesquisas com suas coleções e gerando acervo que possa ser utilizado pelo museu em suas funções de extroversão do conhecimento e difusão do patrimônio. Além disso, a contribuição financeira requisitada para o endosso de pesquisas no âmbito do licenciamento ambiental é de fundamental importância para a manutenção e expansão da reserva técnica, compra de materiais para armazenamento e conservação do acervo, além de contratação de pessoal para o seu gerenciamento.

5 - Segundo o Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP) do IPHAN, são atualmente 26 instituições de guarda e pesquisa cadastradas na região norte, cinco delas no estado do Amazonas (AM). Ao todo, somente sete instituições estão aptas a emitir endosso (uma no AM, que é o MUSA), enquanto 14 estão em processo de fiscalização (quatro no AM) e cinco estão inaptas. <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1429>, acesso em: 02/04/2021.

É assim que o endosso também permite que os papéis do MUSA enquanto instituição de guarda e pesquisa sejam cumpridos, como descritos por Costa e Comerlato (2014, p. 120): ser detentor legal da guarda permanente dos bens da União; realizar a manutenção física e permanente dos acervos; gerenciar as informações relacionadas aos acervos arqueológicos; garantir a extroversão, que se refere a conferir o uso social público aos acervos arqueológicos; criar meios para que os acervos possibilitem a constante renovação de conhecimentos e reflexões.

Além disso, o endosso pode também ser um caminho de aproximação com as empresas de contrato, como foi o caso da Coleção Potássio. O empreendimento da Potássio do Brasil, em Autazes, contratou o serviço da Arqueológica – Consultoria em Arqueologia e Negócios Socioculturais, que por sua vez contactou o MUSA como instituição de endosso para a segunda etapa do trabalho⁶. A empresa também estabeleceu uma parceria com o museu, alugando a estrutura do laboratório para o processamento do material, assim como a equipe de arqueólogos do próprio MUSA para participar das análises. Desse modo, houve controle sobre a higienização, numeração, análise e armazenamento do material. Além disso, a continuidade do empreendimento pode gerar ainda mais recursos para o museu, possibilitando a construção de um novo prédio que abrigue uma reserva técnica maior, junto de salas de laboratório.

Pesquisas acadêmicas

Mesmo que legalmente não haja diferença entre um endosso emitido para uma pesquisa feita no âmbito do licenciamento ambiental ou em contexto acadêmico, as motivações, tempo, tratamento do acervo e análise podem ser bastante diferentes.

6 - A primeira etapa da pesquisa foi endossada pelo Museu Amazônico da UFAM.

Além disso, as pesquisas acadêmicas possibilitam que o MUSA gere seu próprio acervo, promovendo ou participando de projetos com temas de imediato interesse para a instituição (Figura 3). O material gerado por esses projetos pode ser trabalhado desde o início para ser utilizado pelo museu em seus discursos sobre a Amazônia, presente nas exposições e compartilhada pelos monitores que acompanham os visitantes pelas trilhas.



Figura 3. Laboratório do MUSA-NAE, com fragmentos cerâmicos arqueológicos expostos na mesa para análise.
Fonte: MUSA.

É esse o caso de duas pesquisas em andamento que geraram coleções, ainda em processo de análise e organização, para posterior entrada no acervo do museu. Uma delas faz parte da pesquisa de doutorado da Msc. Marta Cavallini, colaboradora do MUSA e doutoranda no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Junto com a equipe do MUSA, a pesquisadora escavou o sítio Arara Vermelha, em Roraima, para analisar a arte rupestre do abrigo e propor meios de datá-la. O material arqueológico escavado será processado,

analisado e armazenado no próprio MUSA. A outra pesquisa faz parte do projeto Programa de Arqueologia Intercultural do Noroeste Amazônico (Parinã), coordenado pelo Prof. Dr. Manuel Arroyo Kalín, da University College of London (UCL), em parceria com o MUSA, MPEG, UFPA, UFSCar e Instituto Socioambiental (ISA). Trata-se de um projeto em colaboração com os povos indígenas do alto rio Negro, promovendo a pesquisa participativa sobre o patrimônio cultural das comunidades indígenas por meio da geração e sistematização de dados sobre esse patrimônio desde perspectivas da arqueologia, etnologia e história. O material arqueológico escavado durante o projeto está sendo analisado no MUSA, para posteriormente entrar na instituição como acervo. É uma coleção que conversa diretamente com o acervo etnográfico da instituição, presente nas exposições sobre o sistema agrícola e a pesca no alto rio Negro.

A cooperação com pesquisadores da academia também ocorre para o uso do laboratório de análise, o que gera um acervo temporário. Por exemplo, a doutoranda Msc. Mariana Cassino, do INPA, e em cooperação com o Instituto Mamirauá (também parceiro do MUSA), trouxe amostras de sedimento e macro vestígios botânicos para analisar no museu em Manaus. É um trabalho que dialoga diretamente com as temáticas trabalhadas pelo MUSA, sobre a formação das paisagens da floresta por humanos e seres outros que humanos.

O acesso ao acervo: uma questão de organização

É então neste contexto de formação do acervo arqueológico, juntamente com a aquisição de coleções paleontológicas e geológicas, que o MUSA observou a necessidade de sistematizar o gerenciamento de suas coleções. O projeto “Organização e Gerenciamento das Coleções Arqueológicas, Paleontológicas e

Geológicas do MUSA”, coordenado pelo Dr. Filippo Stampanoni Bassi, tem por objetivo a implementação de um sistema informatizado de gerenciamento das coleções museológicas, integrando os acervos das diferentes áreas do conhecimento presentes na instituição, além de promover a divulgação das coleções. A equipe de pós-doutorandas é composta pela arqueóloga Dr^a. Meliam Gaspar, pela paleontóloga Dra. Lucy Souza e pela museóloga Dra. Maria Luiza Chaves, além de contar com a colaboração do arqueólogo Msc. Iberê Fernando Martins.

Por ser um projeto de curta duração (12 meses) com uma equipe provisória na instituição, nossos passos foram mais apressados e no sentido inverso dos procedimentos recomendados por outros profissionais e experiências, que tem ressaltado a importância de se pensar os processos museológicos como um todo, para finalmente chegar às melhores soluções para as fichas de catalogação e informatização do acervo (e.g. PEREIRA, 2012). No entanto, não perdemos de vista a importância de pensar toda a cadeia operatória da museologia e as questões específicas que envolvem a musealização da arqueologia (e.g. BRUNO, 2014; WICHERS, 2014). Assim, partimos do inventário das coleções, do levantamento de sua documentação associada e das informações dos objetos que queremos catalogar, para então discutir a estrutura do banco de dados e os procedimentos relacionados à gestão do acervo; até finalmente fazermos o caminho inverso, voltando para as indagações iniciais que surgiram durante a estruturação das fichas de catalogação.

Nosso trabalho iniciou com a formulação de perguntas sobre o que queremos do acervo, que informações queremos organizar e disponibilizar e qual o melhor modo de acessar essas informações. Foi nesse sentido que construímos a história de formação das coleções do MUSA, apresentada acima. Além da

consulta em bibliografia especializada, contamos com diálogo com especialistas de outros museus que compartilharam suas experiências e reflexões, assim como o apoio do Grupo de Discussão 3 – Dinâmicas da Preservação (GD3), do Grupo de Trabalho Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). Foi o GD3 que formulou a questão que segue sendo nossa principal preocupação: “o sistema de documentação garante as futuras ações de conservação, interpretação e extroversão?”. Como o projeto ainda está em andamento, comentamos sobre os aspectos práticos de algumas perguntas e escolhas que fizemos até o momento, com foco no acervo arqueológico: a escolha do software para a criação do banco de dados, a estruturação dos níveis de informação e a utilização de um vocabulário controlado.

A primeira preocupação do projeto foi a escolha do software para criar o banco de dados digital e relacional. As instituições museológicas no Brasil utilizam uma diversidade de softwares para esse propósito, alguns feitos especificamente para a gestão de acervos em museus, outros não. Aparentemente uma decisão técnica, na verdade ela influencia diversos aspectos sobre como as fichas catalográficas devem ser construídas, que tipo de informação pode ser registrado nos campos (os metadados), como relacionar as diferentes fichas e documentos associados, além de como interligar os diferentes acervos. As vantagens e desvantagens de alguns programas foram pesadas pela equipe a partir de alguns questionamentos: o software é pago? Se sim, é preciso renovar a licença periodicamente? Oferece suporte técnico? É livre? A instituição tem equipe de tecnologia da informação (TI) disponível para dar suporte? É preciso de espaço em nuvem ou em hardwares para armazenar os dados (documentação, fotos)? Ele possibilita a disponibilização do catálogo online? É preciso se especializar para saber utilizá-lo?

Por ser uma instituição privada, que depende basicamente de recursos provenientes da cobrança de entrada de visitantes e editais específicos, o MUSA tem dificuldades em manter uma equipe fixa nas mais diversas áreas, inclusive TI. Decidimos, então, por utilizar um programa que garantisse a permanência do banco de dados, associado a um computador específico do museu, conectado a um servidor institucional que periodicamente realiza backups dos arquivos. Adquirimos o programa Filemaker Pro 17 Advanced, utilizado por diversos laboratórios de pesquisa e museus, contando com o auxílio do Prof. Dr. Fabio Parenti para o uso do programa e criação do banco (PARENTI, 2007). Consideramos que é um software de alta complexidade quanto sua utilização, pois a estrutura de relações entre diferentes fichas precisa ser criada por nós por intermédio de muitos arquivos diferentes, sendo que cada um deles deve ser atualizado a cada nova entrada de acervo. Até onde sabemos, não possui um sistema de busca integrada entre as fichas, nem permite o acesso online conectado ao site da instituição. No entanto, é um programa de longa data, muito utilizado em lojas e empresas, portanto com pouco risco de ser descontinuado, e a licença adquirida não perde a validade, podendo ser usado indefinidamente. Ele também pode ser adquirido com um pacote de suporte técnico e espaço em nuvem para armazenamento de dados. Além disso, avaliamos que, de forma geral, ele atende satisfatoriamente às necessidades de gerenciamento do acervo, ou seja, permite o controle da entrada e saída de objetos, de sua localização e movimentação, da documentação associada, desincorporação de acervo, gestão de direitos, assim como controle das ações necessárias para a conservação e atualização de inventário.

Tanto para disponibilizar o catálogo online quanto para o gerenciamento de acervos, um outro programa tem se tornado

bastante popular no Brasil é o Tainacan. É um software livre para criação de repositórios digitais em WordPress, desenvolvido pelo Laboratório de Inteligência de Redes da Universidade de Brasília, com apoio da Universidade Federal de Goiás, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)⁷. Esse software é fácil de ser utilizado, no entanto depende de uma boa arquitetura de site em WordPress, apoio constante de profissionais de TI para atualizações de segurança, além de não fazer o link com a documentação e fotos armazenadas no computador (esses itens ficariam armazenados no espaço digital, o que requer um grande espaço em nuvem). Para que possamos disponibilizar o acesso à um catálogo online, decidimos que com a futura reestruturação do site do MUSA iremos adicionar o plugin do Tainacan, de modo a ser atualizado periodicamente com as novas informações do banco fixo, no Filemaker.

Tanto para catalogar os objetos diretamente no Filemaker, como para fazer a conexão entre esse programa e o Tainacan, é fundamental ter um inventário ou arrolamento consistente. Esse inventário nada mais é do que a própria ficha de catalogação em formato de planilha, em arquivo com formato que seja lido por diferentes programas (como .xls ou .xlsx, para Excel). Na planilha é mais fácil preencher informações que sejam repetidas para diferentes objetos, além de possibilitar o controle da padronização do preenchimento de cada campo (ou metadado) e excluir repetições. Salvando o arquivo do inventário dessa forma, também garantimos que ele possa ser lido por diferentes softwares de bancos de dados. Ou seja, um bom inventário em planilha é um passo essencial para a formulação de um banco de dados relacional.

A inclusão de dados no inventário e no banco de dados relacional requer a construção de uma ficha de catalogação dos

7 - Mais informações em: <tainacan.org>, acesso em: 02/04/2021.

objetos e possivelmente de outras fichas associadas, que incluam outras informações importantes sobre a procedência dos objetos. Enquanto as informações das doações avulsas estavam apenas na memória do Dr. Filippo, a coleção do IPHAN tem informações espalhadas pelas etiquetas das caixas e sacos e no relatório de Costa et al. (2006), e as adquiridas por meio de endosso possuem uma documentação mais completa (relatórios de campo e análise de laboratório), já nos padrões exigidos pelo IPHAN atualmente. A partir da organização desses dados, elaboramos os campos da Ficha de Catalogação dos Objetos⁸ (Tabela 2), tendo como base as diretrizes e categorias de informação do Comitê Internacional para a Documentação (CIDOC), bem como o Inventário Nacional de Bens Musealizados do IBRAM, de modo a combinar as informações de fichas anteriores com as de fichas que chegam ao museu atualmente (como a Ficha de Cadastro de Bens Móveis do IPHAN).

Os campos de informação relacionados aos objetos, no entanto, não dão conta de organizar todas as informações referentes ao acervo arqueológico, pois existem vários níveis de informação que agrupam objetos. O primeiro deles é o sítio arqueológico ou área de ocorrência arqueológica-AOA (cf. SALLÉS et al., 2017, p. 12) de onde um conjunto de objetos é proveniente, para o qual criamos uma Ficha de Sítio⁹. Outro nível é o projeto no qual se desenvolveram as pesquisas. Não necessariamente um conjunto de objetos vem de lugares conhecidos, ou são parte de um mesmo projeto de pesquisa, mas foram coletados e organizados por uma mesma pessoa, ou instituição, que deu significado aos objetos enquanto um conjunto. São todas essas situações que chamamos de coleção, para a qual ainda estamos elaborando um modelo. Assim, o acervo arqueológico no MUSA é composto por coleções

8 - Uma explicação mais aprofundada sobre os campos dessa ficha está sendo escrita em nosso Manual de Catalogação, o qual pretendemos disponibilizar abertamente assim que o projeto estiver finalizado.

9 - Essa ficha é uma versão reduzida da Ficha de Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA/SGPA do IPHAN.

arqueológicas, que por sua vez podem abrigar diferentes sítios arqueológicos ou AOA e objetos.

Tabela 2. Ficha de catalogação de objetos arqueológicos do MUSA, onde VC = vocabulário controlado.

Identificação do objeto	Dados da coleta	Informações de gestão e pesquisa
Foto do objeto Direitos de reprodução Número de inventário Número de campo Outros números Partes Conjunto Lote Acervo (VC) Coleção (VC) Categoria (VC) Denominação (VC) Descrição do objeto Integridade (VC) Material (VC) Marca ou inscrição Técnica de produção (VC) Usos (VC) Filiação cultural Comprimento (cm) Largura (cm) Altura (cm) Espessura (cm) Peso (g)	Sítio arqueológico / AOA Sigla do sítio Estado Município Localidade Proveniência da coleta Nível de coleta Coordenadas Responsável da coleta Instituição Data da coleta Projeto	Modo de aquisição (VC) Data de aquisição Fonte de aquisição Situação (VC) Localização usual Localização atual Exposições Empréstimos Diagnóstico conservação Frequência de avaliação (VC) Recomendações Relevância Observações Documentação associada Referências bibliográficas Catalogador e data Atualizador e data

Fonte: Elaborada pelo autor

A ficha de coleção passou a ser um elemento essencial em nosso banco de dados, pois é ela que permite a conexão entre os acervos de diferentes naturezas. Por exemplo, a Coleção Rosalie Benchimol é composta por acervos da Arqueologia, Paleontologia e Geologia, sendo que cada uma dessas áreas possui diferentes campos em suas fichas catalográficas. Com a Ficha de Coleção no Filemaker, é possível deixar links para as fichas dos objetos de cada acervo.

O preenchimento dos dados em cada uma dessas fichas levantou a terceira questão que abordamos aqui: o vocabulário controlado. “O vocabulário controlado é um arranjo organizado de palavras e frases usado para indexar e/ou recuperar conteúdo por meio de navegação ou busca” (HARPRING, 2016, p.37), que pode variar desde simples listas autorizadas de termos até instrumentos mais sofisticados como o *thesaurus* ou tesouro, possibilitando um controle de terminologia. Ou seja, estabelece os termos ou palavras utilizadas em determinado campo, impedindo que informações relevantes sejam perdidas na busca porque vários termos foram usados para designar uma mesma coisa. Assim, o uso de vocabulário controlado, bem como a padronização do formato da informação, é essencial para a produção de uma documentação consistente. Tal controle auxilia a pessoa responsável pela catalogação no desenvolvimento de registros uniformes e as pessoas interessadas em pesquisar no acervo na busca eficiente de informação (CIDOC; ICOM, 2014).

Mesmo que não sejam extremamente corretos em relação às pesquisas atuais, já que muitos termos são associados a determinadas correntes teóricas, um controle do vocabulário também facilita a busca de informações no banco de dados e a encontrar conjuntos de objetos com características semelhantes. Alguns campos importantes de serem padronizados seriam aqueles relacionados ao objeto, como “técnicas de produção”, “material” e “usos”, ou à gestão museológica, como “modo de aquisição” e “situação”.

Outros campos podem apresentar vocabulário semi-controlado, como é o caso da denominação dos objetos. A padronização desse campo pode seguir uma estrutura de tesouro, que é um instrumento de controle de terminologia utilizado

para classificar e denominar os artefatos museológicos. Esse é um aspecto importante, pois facilita encontrar objetos similares e ajuda a dividir o acervo em categorias de objetos que tenham similaridade no tratamento de conservação (por material, integridade), ou que sejam utilizados em estudos específicos. Existem diversos exemplos de dicionários para áreas específicas da arqueologia (e.g. CHMYZ, 1976), ou mesmo tesouro na museologia (FERREZ, 2016), etnologia (RIBEIRO, 1988; MOTTA; OLIVEIRA, 2006) e na arqueologia em outros países (INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS, 2000). No entanto, os tesouros usualmente categorizam os objetos a partir de sua função e uso, o que muitas vezes não se aplica à arqueologia pré-colonial devido à ambiguidade da maior parte dos objetos nesse aspecto. Além disso, não encontramos nenhuma referência que contemple as especificidades dos acervos arqueológicos amazônicos, um assunto que necessita de maior aprofundamento e a contribuição de diversas pessoas para sua construção e fundamentação.

De qualquer maneira, iniciamos uma estrutura para ser utilizada no MUSA que acreditamos pode contemplar o modo como são pensados os objetos arqueológicos nas Fichas do IPHAN (portanto de fácil reconhecimento e preenchimento), assim como nomenclaturas já utilizadas na arqueologia. Tentamos manter os termos genéricos, para evitar problemas de interpretação do objeto relacionadas às correntes teóricas utilizadas em estudos específicos. Assim, estabelecemos as seguintes categorias: cerâmica, lítico, material histórico, bioarqueológico, zooarqueológico, arqueobotânico, sedimento, outros. Dentro de cada categoria, pretendemos adicionar exemplos para a “denominação” do objeto, que pode ser um termo geral ou específico, com preferência para a utilização do termo específico.

Considerações finais

Salvaguardar um acervo arqueológico envolve muito mais questões do que simplesmente armazenar caixas de materiais em reservas técnicas. O acervo deve ser organizado de maneira que possa acessar as informações sobre a procedência, o contexto de coleta e as características dos objetos, as intervenções de conservação, a documentação associada, além de sua relevância e significados. Para que isso possa ser feito, muitas perguntas devem ser formuladas de modo a justificar as escolhas de procedimentos, os campos necessários nas fichas de catalogação, a utilização de um vocabulário controlado, entre outras questões fundamentais na organização do acervo.

É na medida em que organizamos, inventariamos e catalogamos que podemos acessar o potencial cultural, a relevância social e as possíveis histórias de serem contadas que esse material permite. Entendemos que sistematizar e informatizar o acervo não é uma tarefa mecânica, concordando plenamente com o comentário de Silva et al. (2016, p. 393), de que “inventariar nada mais é do que conhecer, classificar, ordenar, mas dentro de uma perspectiva científica, o inventário, vai além de uma operação técnica, tornando-se uma abordagem teórica complexa”. Foi nesse processo de inventário que entendemos essa rica história de formação das coleções arqueológicas do museu, além de inserir o MUSA na história geral dos museus.

As escolhas feitas durante esse processo certamente vão influenciar os modos como o acervo será disponibilizado para diferentes públicos, para que o museu possa cumprir com sua função social. Como argumentamos neste artigo, é também a diversidade de tipos de coleções, pelos diferentes modos de entrada no acervo, que mostra as múltiplas interfaces entre museu

e sociedade. As relações de pessoas, comunidades e instituições com o material arqueológico começam desde sua coleta e não terminam quando chegam às reservas técnicas. Pelo contrário, o museu também possibilita uma nova vida a esses objetos, para a construção de novos significados e relações.

Além disso, como uma instituição que abriga diferentes disciplinas, conectadas pelo interesse em compreender a Amazônia e sua história de longuíssima duração, construída por muitos seres e paisagens, o MUSA deve ter como preocupação a integração do acervo arqueológico com os outros acervos que armazena. Uma integração que é feita desde as pesquisas, a reserva técnica até os discursos expositivos mostrados ao público.

Referências

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Museus indígenas e quilombolas: os novos significados do conceito de processo de patrimonialização. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 37, p. 39-57, 2018.

BARRETO, Cristiana; MACHADO, Juliana S. Exploring the Amazon, explaining the unknown: views from the past. *In*: MCEWAN, C.; BARRETO, C.; NEVES, E. G. (Eds.). **Unknown Amazon: studies in visual and material culture**. London: The British Museum Press, 2001. p. 232-251.

BARROS, Elen C. de C. **Diagnóstico da destruição: os efeitos da expansão urbana sobre os sítios arqueológicos de Manaus/AM**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

BEZERRA, Marcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 107-122, 2013.

BEZERRA, Marcia. Com os cacos no bolso: o colecionamento de artefatos arqueológicos na Amazônia brasileira. **Revista do Patri-**

mônio Histórico e Artístico Nacional, n. 38, p. 85-99, 2018.

BEZERRA, Marcia; NAJJAR, Rosana. “Semióforos da riqueza”: um ensaio sobre o tráfico de objetos arqueológicos. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 7, n. 1/2, p. 289-307, 2009.

BRUNO, Cristina. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 2 / v. 27, n. 1, p. 4-15, 2014.

CABRAL, Mariana P.; PEREIRA, Daiane; BEZERRA, Marcia. Patrimônio Arqueológico da Amazônia: a pesquisa, a gestão e as pessoas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 38, p. 247-268, 2018.

CALDARELLI, Solange B.; CÂNDIDO, Manuelina M. D. Desafios da Arqueologia Preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos? **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 11, n. 2[19], p. 186-214, 2017.
DOI: 10.20396/rap.v11i2.86495522017.

CHMYZ, Igor. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. **Cadernos de Arqueologia**, Paranaguá: Museu de Arqueologia e Artes Populares, n.1, p. 119-148, 1976.

CIDOC; ICOM. **Declaração dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos**: categorias de informação do CIDOC/Comitê Internacional de Documentação (CIDOC). Conselho Internacional de Museus (ICOM): Tradução, Roteiro, Editoração e Documentação; Revisão técnica Marilúcia Bottallo. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

COLARDELLE, Michel. La vocation démocratique d’un musée. **Diversité**, n. 148, p. 61-68, 2007.

COSTA, Carlos A. S.; COMERLATO, Fabiana. Você me daria um “cheque em branco”? Um olhar sobre o endosso institucional em projetos de Arqueologia. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 2/ v. 27, n. 1, p. 115-131, 2014.

COSTA, Fernando W.; LIMA, Helena P.; FARIAS, Sarah Paiva de; COSTA, Bernardo Lacale. **Levantamento Arqueológico no Mu-**

nicípio de Manaus/AM. Relatório técnico do Programa Brasil Patrimônio Cultural. MinC/IPHAN/ 1ª Superintendência Regional Manaus/Am. 2006.

DAVALLON, Jean; GRANDMONT, Gérald; SCHIELE, Bernard (Eds.). **L'environnement entre aumusée.** Lyon/Québec: PressesUniversitaires de Lyon/ Musée de laCivilisation de Québec, 1992.

DELOCHE, Bernard. **La nouvelle culture:** La mutation des pratiques sociales ordinaires et l'avenir dès institutions culturelles. Paris: l'Harmattan, 2007.

MUSEU DA AMAZÔNIA (MUSA). **Estatuto Social do MUSA.** Manaus, 2013.

FERREZ, Helena D. **Tesouro de objetos do patrimônio cultural nos museus brasileiros.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 2016.

GOMES, Jaqueline; COSTA, Rafael B.; SANTOS, Bernardo L. S. da Costa. Arqueologia comunitária na Reserva Amanã: história, alteridade e patrimônio arqueológico. **Amazônica – Revista de Antropologia**, Belém, n. 2, v. 6, p. 385-417, 2014.

HARPING, Patrícia. **Introdução aos vocabulários controlados:** terminologia para a arte, arquitetura e outras obras culturais. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado: Pinacoteca de São Paulo: ACAM Portinari, 2016.

ICOM. **Mesa-Redonda de Santiago do Chile.** Santiago, 1972.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS. **Normas de inventário Arqueologia.** 2000. Disponível em: http://matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Download/Normas/ARQ_NormasGerais.pdf. Acesso em abril de 2021.

LIMA, Helena P. **Patrimônio para quem?** Por uma arqueologia sensível. *Habitus*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 25-38, 2019.

LIMA, Helena P.; MORAES, Bruno M.; PARENTE, Maria Tereza V. "Tráfico" de material arqueológico, turismo e comunidades ribeirinhas: experiências de uma arqueologia participativa em Parintins, Amazonas. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, n. 8, p. 61-77, 2013.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Entre “natureza morta” e cultura viva: os museus de história natural. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 159-172, 2007.

MACHADO, Juliana S. Arqueologia e História nas construções de continuidade na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 1, p. 57-70, 2009.

MEIRELLES FILHO, João; MARTINS, Fernanda de O. A Amazônia viajante “até dizer chega”: a contribuição dos viajantes ao porvir amazônico - do século 16 ao fim do ciclo da borracha. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 37, p. 73-97, 2018.

WICHERS, Camila A. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueologia**, v. 26/27, n. 2/1, p. 16-39, 2014.

MOTTA, Dilza F. da; OLIVEIRA, Leandra de. **Tesouro da cultura material dos índios. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2006.**

MUSÉUM D'HISTOIRE NATURELLE. **Du Muséum au Musée dès Confluences**. Lyon: EMCC, 2005.

NEVES, Eduardo. Archaeological cultures and past identities in the Pre-colonial Central Amazon. *In*: HORNBORG, A.; HILL, J. (Eds.). **Ethnicity in ancient Amazonia: reconstructing past identities from archaeology, linguistics, and ethnohistory**. Boulder, CO: University Press of Colorado, 2011. p. 31-56.

NOELLI, Francisco S.; FERREIRA, Lucio M. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1239-1264, set./dez. 2007.

PARENTI, Fabio. Pré-Biblio: Bibliografia Georeferenziata Della Preistoria e Della Protostoria Italiana: Struttura del progetto erpimiis rultati. **Archeologia e Calcolatori**, v. 18, p. 1-18, 2007.

PEREIRA, Daiane. **Perspectivas da curadoria arqueológica: o caso do Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert**. Monografia (Especialização em Patrimônio Arqueológico da Amazônia) – Universidade Estadual do Amapá, 2012.

RIBEIRO, Berta. **Dicionário do artesanato indígena**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

RIVIÈRE. Georges Henri; Association des Amis de Georges Henri Rivière. **La muséologie selon Georges Henri Rivière**. Dunod: Paris, 1989.

RUSSEL, Roslyn; WINKWORTH, Kylie. **Significance 2.0**: a guide to assessing the significance of collections. 2 ed. Canberra: Collections Council of Australia Ltd, Australian Government through funding from the Department of the Environment, Water, Heritage and the Arts, 2003.

SALLÉS, Jaime M.; TOCCHETTO, Fernanda B.; DODE, Susana dos S.; SOUZA, Taciane S.; SILVA, Fabio B.; DUTRA, Márcia R. R.; MEDEIROS, Eleri J. B.; ALVES, Clarice da S.; DOMINGUES, Bibiana S. Protocolo de ingresso de acervos arqueológicos em instituições de guarda e pesquisa: uma proposta do LÂMINA/UFPEL e do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo – RS. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 6-24, 2017.

SANTOS, Maria Célia T. M. Reflexões sobre a nova museologia. **Revista do Museu de Antropologia**, Goiânia, v. 5/6, n. 1, p. 250-291, 2001/2002.

SILVA, Letícia Dutra Romualdo; SILVA, Martha Maria de Castro. Acervos arqueológicos pré- históricos. O inventário como ferramenta essencial de política de gestão. In.: Campos, G.N. e Granato, M. (Ogs.) **Anais do IV Seminário de Preservação de Patrimônio Arqueológico**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), 2016. p. 389-400.

TAMANAHÁ, Eduardo K.; AMARAL, Márcio; CASSINO, Mariana F.; CUNHA LIMA, Silvia; NEVES, Eduardo G.; FURQUIM, Laura P.; LIMA, Márjorie; SILVA, Maurício A.; GOMES, Jaqueline; CARNEIRO, Carla G. Diálogos e Práticas Arqueológicas. In: NASCIMENTO, A. C. S.; MARTINS, M. I. F. P. O.; GOMES, M. C. R. L.; FERREIRA-FERREIRA, J.; FRANCO, C. L. B.; SOUZA, M. J. S. (Org.). **Sociobiodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá**. 1 ed. Tefé: IDSM, v. 1, 2019. p. 152-168.

TRIGGER, Bruce. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

VELTHEM, Lucia H. O objeto etnográfico é irredutível? Pistas sobre novos sentidos e análises. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, v. 7, n. 1, p. 51-66, 2012. doi: 10.1590/S1981-81222012000100005

WEBSTER, G. S. Culture history: a culture-historical approach. In: BENTLEY, R. A.; MASCHNER, H. D. G.; CHIPPIINDALE, C. (Eds.) **Handbook of Archaeological theories**. Lanham: AltaMira Press, 2008. p. 11-27.

Agradecimentos

Agradecemos às pessoas com quem dialogamos durante o projeto, especialmente participantes do GD3 do GT Acervos da SAB, Cristiana Barreto, Daiane Pereira, Diego Mendes. À colaboração de Fabio Parenti na construção do banco de dados. Ao fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM (processo 062.00166/2020) que permitiu a realização do projeto.